



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

TRIPLE BOTTOM LINE: APLICAÇÃO NA ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO

GABRIELA REZENDE DUARTE

Universidade Federal de Lavras
gabirduarte@hotmail.com

SABRINA SOARES DA SILVA

Universidade Federal de Lavras
sabrinasilva@dae.ufla.br

JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

Universidade Federal de Lavras
jessicaadm11@yahoo.com.br

TRIPLE BOTTOM LINE: APLICAÇÃO NA ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO

RESUMO

O setor agropecuário brasileiro vem se destacando, tanto pelo volume produzido quanto pelo seu potencial em atender às demandas alimentares mundiais nas próximas décadas. Contudo, alguns fatores indicam que a produção do setor está sendo mantida e ampliada de maneira insustentável, surgindo a necessidade de se direcionar melhor as políticas públicas do agronegócio para incentivarem uma produção mais sustentável. Sendo assim, objetivou-se com esse estudo analisar e compreender o *Triple Bottom Line*, que considera os aspectos sociais, econômicos e ambientais, verificando sua aplicabilidade na formulação e análise de políticas públicas do agronegócio. Para isso, esse estudo, de natureza qualitativa e descritiva, constitui uma pesquisa bibliográfica que, por meio da análise de livros e artigos de periódicos, buscou responder ao problema de pesquisa. A partir da análise dos dados, concluiu-se que o *Triple Bottom Line* pode ser adotado como instrumento para definir parâmetros para analisar e orientar a formulação de políticas públicas para o agronegócio, podendo indicar formas de moldá-las em torno dos pilares social, econômico e ambiental. Dessa forma, essas políticas poderiam atender, de forma equilibrada, às demandas dessa natureza.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agronegócio; Políticas Públicas; Indicadores de Sustentabilidade; Tripé do Desenvolvimento Sustentável.

TRIPLE BOTTOM LINE: APPLICATION IN THE ANALYSIS OF SUSTAINABILITY OF PUBLIC POLICIES OF AGRIBUSINESS

ABSTRACT

The Brazilian agricultural sector has been noticed by its production, both by the amount produced as by its potential to meet the global food demands in the next two decades. However, some factors indicate that the sector's production is occurring in an unsustainable manner, resulting in the need to target better the agribusiness public policies to encourage a sustainable production. Therefore, the objective of this study is to analyze and understand the Triple Bottom Line, which evaluates the social, economic and environmental aspects, verifying its applicability in the analysis and guidance in the formulation of agribusiness public policies. For this it was made a qualitative study, using the descriptive research and bibliographic research, through the analysis of books and journal articles, seeking to answer the research problem. From the data analysis, it was concluded that the Triple Bottom Line can be adopted as an instrument to set parameters to analyze and guide the formulation of public policies for agribusiness and may indicate ways to shape them around the social, economic and environmental pillars. Thus, these policies could meet in a balanced way, the demands of this nature.

Keywords: Sustainability; Agribusiness; Public Policies; Sustainability Indicators; Triple Bottom Line.

1. INTRODUÇÃO

A agropecuária é uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas no país, desempenhando um importante papel na economia brasileira. Sua importância vai desde o fornecimento de alimentos para o mercado interno até a comercialização no mercado externo.

Por isso, o desenvolvimento do setor tem sido uma das principais preocupações do governo, principalmente por ele representar importante base de sustentação da economia brasileira. O país possui destaque tanto na produção de grãos como na produção de carnes, as quais devem aumentar cada vez mais para suprir a crescente demanda por alimentos nos mercados interno e externo (TELLES; TELLES, 2009).

Segundo o órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO, 2010), o mundo aproxima-se de uma severa crise alimentar nas próximas décadas. Diante desse cenário, caberá ao Brasil entregar 40% da demanda suplementar de alimentos nos próximos 20 anos.

Segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de Minas Gerais (SEAPA/MG, 2014), o Brasil possui grande potencial natural, o qual, unido ao empreendedorismo dos agricultores brasileiros, permite antecipar um aumento contínuo da produtividade, da produção e da oferta de alimentos. Mas, para que isso ocorra de forma sustentável, é indispensável incentivar o uso racional dos recursos naturais, a adoção da agricultura de baixo carbono, prevendo uma maior contribuição da agricultura para a crescente adoção de fontes renováveis de energia.

Dessa forma, é necessário que o governo formule políticas públicas para estimular o desenvolvimento da agropecuária, mas tendo em vista a sustentabilidade dessa atividade, visando o desenvolvimento socioeconômico do país, porém, se deixar de lado a conservação e preservação ambiental (SEAPA/MG, 2014).

Contudo, alguns fatores levam a crer que a produção agropecuária do país está ocorrendo de maneira insustentável, onde o lucro é visto como principal, ignorando os aspectos sociais e ambientais envolvidos com a atividade. Essa insustentabilidade da produção agropecuária permite a utilização do modelo *Triple Bottom Line*, que fundamenta a construção de indicadores que visam medir a sustentabilidade e realizar uma possível análise deste cenário. Sendo assim, esse estudo parte da seguinte questão: a utilização do modelo *Triple Bottom Line* é adequada na análise e orientar a formulação de políticas públicas para o agronegócio? Nesse contexto, objetiva-se, neste estudo teórico, compreender e analisar o uso do *Triple Bottom Line*, verificando sua aplicabilidade na análise e orientação na formulação de políticas públicas do agronegócio.

2. SUSTENTABILIDADE E *TRIPLE BOTTOM LINE*

Atualmente, há uma demanda para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, sendo capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social. Dessa forma, a problemática da sustentabilidade assume um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se apresentam. (JACOBI, 2003).

Os debates acerca da preocupação do sistema político com as questões ambientais iniciaram em 1972 com a Conferência de Estocolmo, havendo o surgimento e expansão de agências estatais de meio ambiente aliadas a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA (LEIS; D'AMATO, 1998).

A crescente preocupação com a questão ambiental mobilizou iniciativas governamentais e não governamentais com o objetivo de se discutirem e se proporem soluções. Sendo assim, o relatório Brundtland, que surgiu no ano de 1987, trouxe a expressão “desenvolvimento sustentável”, definida como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades”. O relatório sugeria que o “desenvolvimento sustentável” deveria ser reconhecido como o propósito orientador da ação política e econômica internacional (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Esse conceito relaciona a sustentabilidade com o desenvolvimento sustentável, mas seu conceito vai mais além, como definem Souza e Ribeiro (2013):

A sustentabilidade ambiental está relacionada a padrões de consumo e de produção sustentáveis e uma maior eficiência no uso de energia para reduzir, ao mínimo, as pressões ambientais, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição. Os governos, em conjunto com setor privado e a sociedade, devem atuar para reduzirem a geração de resíduos e de produtos descartados, por meio da reciclagem, nos processos industriais e na introdução de novos produtos ambientalmente saudáveis (SOUZA; RIBEIRO, 2013, p. 370).

Em 1992, no evento Rio 92, lançou-se a noção dos três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiental, econômico e social, que foram consolidados no ano de 1994 através do termo *Triple Bottom Line* (3BL) ou tripé do desenvolvimento sustentável (BENITES; POLO, 2013).

Contudo, ainda que houvesse boas intenções com as conferências de população, desenvolvimento e meio ambiente, as atividades antrópicas continuam degradando a natureza, sem uma solução concreta para evitar o colapso ambiental, tema que passou a ser a questão mais urgente e sensível da atualidade (ALVES, 2014).

Apesar dos avanços das questões ambientais, Silva (2010) ressalta que a influência e a participação de atores vindos dos setores político e econômico, com valores e práticas orientadas para o conflito e a competição, fizeram com que o ambientalismo deixasse de ser propagado e de motivar alterações.

A sustentabilidade exige que se passe da gestão dos recursos para a gestão da própria humanidade. Se o objetivo é viver de uma maneira sustentável, deve-se assegurar que os produtos e processos da natureza sejam utilizados numa velocidade que permita sua regeneração. Apesar das tendências de destruição do sistema de suporte, a sociedade opera como se este sistema fosse apenas uma parte da economia (BELLEN, 2004b, p.72).

Misoczky e Böhm (2012) realizaram uma reflexão crítica sobre a evolução do desenvolvimento sustentável à era da economia verde, denunciando contra a investida do capital sobre a natureza, em sua estratégia para manter o crescimento contínuo e contrarrestar a crise na qual se encontra imerso.

A investida do capital sobre a natureza tem levado diversos autores a considerar que está ocorrendo um novo processo de acumulação primitiva. A lógica da acumulação permanece a mesma dos tempos do início do capitalismo: o capital precisa, continuamente, estender seus poderes buscando novos territórios, setores e domínios que ainda não tenham sido incorporados à circulação. A economia verde é uma etapa radicalizada desse processo (MISOCZKY; BÖHM, 2012).

Contudo, Silva (2010) destaca também que vários países possuem diversas preocupações que levaram à elaboração de legislações e processos de tomada de decisão para

a gestão de recursos naturais. Mas algo que todos compartilham é o fato da necessidade da intervenção do Estado nas ações sociais econômicas, que interferem na dinâmica do meio ambiente.

3. SUSTENTABILIDADE E AGRONEGÓCIO

A sustentabilidade está presente em diversas áreas, inclusive no agronegócio, onde novas exigências estão sendo colocadas pela sociedade aos sistemas de produção agropecuária. Azevedo (2002, citado por BRITO, 2006) destaca que a produção agropecuária não deve contaminar o ambiente, buscando não exercer pressão inadequada sobre os recursos naturais, considerando sempre os aspectos relacionados à equidade social.

O estabelecimento da Revolução Verde, que priorizou o desenvolvimento da agricultura a partir da utilização intensiva de melhoramento genético, mecanização e insumos químicos, fez com que a humanidade atingisse níveis sem precedentes de controle do ambiente para a produção. Com isso foi necessário estabelecer um padrão de tecnologia sustentável ao longo do tempo, visando combater problemas ambientais e sociais (AZEVEDO, 2002, citado por BRITO, 2006).

Neste movimento, as cidades acabam se tornando suportes “indispensáveis” enquanto necessárias aos negócios diretos e atividades correspondentes da produção agropecuária, e ao mesmo tempo em que se beneficiam, as cidades sofrem com as externalidades negativas do processo, principalmente aquelas relacionadas às questões ambientais e sociais (DE ÁVILA; DE ÁVILA, 2007).

Sendo assim, a “evolução” do agronegócio brasileiro foi apontada como a grande vilã das problemáticas ambientais e sociais, que ocorreu graças à expansão das fronteiras agrícolas e do uso dos recursos naturais (HOLANDA, 1936, citado por DE ÁVILA; DE ÁVILA, 2007).

A modernização e a globalização do setor agroalimentar brasileiro, fizeram com que esse setor passasse de um modelo tradicional para um modelo cada vez mais global e industrial. Fomentado pelo aumento da renda, pela urbanização, pela liberalização econômica e acesso a matérias-primas competitivas, os processadores de alimentos e varejistas multinacionais entraram ou aumentaram seus investimentos no mercado brasileiro na década de 1990. O grande volume de investimento estrangeiro direto feito nas grandes agroindústrias transformou em concorrentes os produtores nacionais de menor porte, que ficaram deslocados, devido ao aumento da concentração da indústria e eliminação de muitas pequenas e médias empresas (CHADDAD; JANK, 2006).

A produção agrícola também se modernizou, utilizando cada vez mais de capital intensivo e integrado com os participantes da cadeia de abastecimento, que estão coordenadas e têm sido desenvolvidos pelo setor privado - em particular, os grandes processadores de alimentos multinacionais, cadeias de restaurantes *fast-food* e os varejistas - para atender a cada vez mais os diferentes mercados internos e externos. Assim, os agricultores no Brasil estão cada vez mais expostos aos mercados que são muito mais exigentes em termos de qualidade e segurança alimentar, mais concentrado e verticalmente coordenado e mais aberto à concorrência internacional (CHADDAD; JANK, 2006).

Visto isso Alves, Contini e Hainzelin (2005), questionam o modelo tradicional de modernização da agricultura, marcado pelos crescentes recordes de produção, inovações tecnológicas, aumento das exportações e participação na balança comercial, que acaba gerando um crise ecológica e social.

A crise social e ecológica gerada pela modernização vem sido pauta cada vez mais presente nos discursos sobre desenvolvimento sustentável, assunto que deve ser tratado com cautela devido às distorções que o assunto sofre de acordo com os diferentes contextos históricos, interesses políticos e conjuntura econômica em que se acha inserido. Assim,

considera-se que a questão que envolve as diferentes compreensões de desenvolvimento sustentável ainda está longe de ser respondida e esclarecida, pois a sustentabilidade é compreendida de diferentes formas pelas instituições públicas, privadas, não governamentais, pelos movimentos sociais e intelectuais, o que tem causado problemas quando se deseja melhorar a vida das pessoas sem comprometer a natureza (CARVALHO; DAVID, 2011).

Dessa forma, o Estado tem feito esforços para incorporar em suas políticas públicas a necessidade da sustentabilidade. Contudo, trata-se, nesse sentido, de igualdade social e solidariedade, entretanto, não se interfere profundamente na concentração das riquezas, das terras e na exploração do trabalho, o que demarca as contradições da intenção de se produzir uma sociedade sustentável (CARVALHO; DAVID, 2011).

Assim, esse olhar sobre o desenvolvimento sustentável não resolveu os problemas sociais, aprofundando as desigualdades e provocando fortes impactos à natureza, uma vez que, de acordo com esse modelo econômico, o trabalho e a natureza são, somente, mercadorias. Nesse contexto, a apropriação acelerada dos recursos naturais, através do trabalho alienado, que busca, sobretudo, o lucro, é insustentável (CARVALHO; DAVID, 2011).

Nesse cenário, surgem as discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de sustentabilidade entre as relações de produção (CARVALHO; DAVID, 2011). Outro fator que deve ser considerado é o fato de que população está cada vez mais exigente em relação ao modo de produção dos produtos que consome. No campo do agronegócio essa tendência não é diferente, uma vez que os consumidores se preocupam quanto à sustentabilidade socioambiental do processo produtivo. Múltiplos fatores relacionados ao processo de produção começam a ser avaliados, interferindo na decisão de se comprar ou não determinados produtos de determinado fornecedor (BRITO, 2006).

Segundo Brito (2006) esse fator afeta diretamente no mercado do agronegócio, surgindo uma demanda por produtos vinculados a um processo sustentável de produção, que seja verificável. Isso agrega valor ao produto, revelando a existência de uma parcela de consumidores dispostos a pagar um valor adicional por produtos de origem sustentável.

Gazzoni (2011) afirma que o crescimento populacional e a inserção social são os principais vetores da demanda de produtos agrícolas, e constituem o ponto da questão social da sustentabilidade na agropecuária, ou seja, é necessário aumentar significativamente a produção agrícola para suprir toda a demanda.

Contudo um produto sustentável exige um desembolso maior de recursos financeiros para viabilizar sua produção, mas é ao mesmo tempo considerado pelos consumidores como mais seguros, são verificados por uma certificadora, possuem mais qualidade e respeitam o meio ambiente (CUNHA; SPERS; ZYLBERSZTAJN, 2011).

Gazzoni (2011) finaliza:

A grande saída que o mundo dispõe para aumentar a produção - diminuindo o custo dos alimentos e mantendo a renda dos agricultores - é a tecnologia adequada e seu corolário prático, a produtividade agrícola. Este é o desafio econômico. Felizmente, a produtividade agrícola pode atender adequadamente aos três pilares da sustentabilidade, desde que os sistemas de produção sejam intrinsecamente sustentáveis (GAZZONI, 2011).

Considerando todos esses fatores, como a modernização da tecnologia, a busca pelo lucro que gera a apropriação insustentável dos recursos naturais, o aumento da demanda por alimentos e a cobrança e demanda da população por produtos agrícolas sustentáveis, remetem à importância da criação de políticas públicas que viabilizem uma produção agrícola

sustentável, assim como o desenvolvimento do agronegócio brasileiro seguindo padrões sustentáveis.

Portanto, como afirmam Chaddad e Jank, (2006), dado o papel central do setor agro alimentar na economia brasileira, é importante que as políticas destinadas a agricultores mais pobres não retenham novos investimentos em bens públicos, que poderão contribuir para ganhos na produtividade e na competitividade do mercado agro alimentar do país. O Brasil precisa portanto, continuar se esforçando para criar políticas públicas que incentivem a pesquisa agrícola, a infraestrutura pública, a inspeção animal e fitossanitária, além de medidas para proteger o meio ambiente.

As políticas agrícolas no Brasil têm evoluído nas últimas três décadas, mas ainda é necessário que os formuladores de políticas públicas desenvolvam políticas agrícolas para equilibrar competitividade com os objetivos de sustentabilidade social e ambiental. Essas políticas devem incluir metas de inclusão social e programas dirigidos a diferentes tipos de explorações agrícolas familiares, mas também programas e serviços que são essenciais para a competitividade agroalimentar (CHADDAD; JANK, 2006).

4. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E O *TRIPLE BOTTOM LINE*

O termo indicador vem do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como por exemplo o desenvolvimento sustentável, podendo ser entendidos também como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente detectável (HAMMOND, 1995, citado por BELLEN, 2004a).

Um indicador é, portanto, uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, tendo como principal característica a de poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados (HATCHUEL; POQUET, 1992; BOUNI, 1996; MITCHELL, 1997, citados por MARZALL; ALMEIDA, 2000).

Um indicador deve inicialmente referir-se aos elementos relativos à sustentabilidade de um sistema (CAMINO; MÜLLER, 1993, citados por MARZALL; ALMEIDA, 2000), ou seja, é fundamental que haja uma clara definição do que a organização, instituição de pesquisa, grupo ou indivíduo entende por sustentabilidade. Assim, será a visão clara do objetivo (sustentabilidade) que irá estabelecer o processo de interpretação dos resultados obtidos com a leitura do indicador (MARZALL; ALMEIDA, 2000).

A sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores, dentre eles tem-se os fatores econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, ao se avaliar a sustentabilidade, deve-se tentar usar sempre um conjunto de indicadores (BOUNI, 1996, citado por MARZALL; ALMEIDA, 2000). Dentre os índices de sustentabilidade, citados por Siche et al. (2007) tem-se: Índice de Sustentabilidade Ambiental ou *Environmental Sustainability Index* (ESI), Pegada Ecológica ou *Ecological Footprint* (EF) e Indicadores de Desempenho Emergético ou *Emergy Performance Index* (EMPIs).

Em muitos países, houve uma onda de opinião pública de que firmas foram responsáveis por mais do que apenas criar valor econômico e, em 1997, a *Triple Bottom Line* (3BL) emergiu como uma nova ferramenta para medir o desempenho organizacional (ELKINGTON, 1997, citado por HUBBARD, 2009). Sendo assim, o conceito de desenvolvimento sustentável foi traduzido pelo consultor britânico John Elkington no modelo que contemporaneamente tem norteado a ação e prática empresarial para a sustentabilidade. Elkington (1997, citado por VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012) sugeriu que a atividade corporativa orientada pela lógica do desenvolvimento sustentável é aquela que, ao mesmo tempo, produz lucros, é socialmente justa e ambientalmente correta.

Esse modelo ficou conhecido como o tripé do desenvolvimento sustentável ou *Triple Bottom Line: Profits, People, Planet*, unindo em um único conceito os ideais da prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. Presume que o sucesso de uma organização deve ser mensurado não apenas por meio de variáveis financeiras, mas também pelo seu desempenho social e ambiental (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

A abordagem de Elkington, além de trazer os três aspectos da sustentabilidade, trouxe também uma abordagem no sentido da transparência e do princípio *stakeholder*, desempenhando um papel crucial modelando iniciativas como o *Global Reporting Initiative* (GRI), que é uma organização líder no campo sustentável (BERKOVICS, 2010).

Dessa forma, guiar as empresas na direção da sustentabilidade exige mudanças radicais no desempenho dos três pilares, pois alguns dos desafios mais importantes são encontrados entre as áreas envolvidas com os pilares econômico, social e ambiental. Nos últimos 20 anos, tem havido crescente pressão para que as organizações prestem mais atenção nas consequências ambientais provocadas pelos produtos e serviços que oferecem e nos processos que implantam. Um sinal dessa pressão é o movimento em direção ao modelo 3BL sobre a relação de lucro, pessoas e planeta (ELKINGTON, 2001; KLEINDORFER; SINGHAL; WASSENHOVE, 2005, citados por CAMPOS; RAMOS, 2014).

O 3BL captura a essência da sustentabilidade por meio da mensuração do impacto das atividades de uma organização no mundo. Ainda não há uma maneira acurada ou completa para descrever os benefícios ambientais ou sociais usando números. Atualmente o 3BL existe como um tipo de *balanced scorecard*, que captura em números e palavras o grau com o qual a organização está ou não criando valor para seus acionistas e para a sociedade (SAVITZ, 2013).

Na linha econômica, consideram-se aspectos como vendas, lucros, impostos pagos, fluxos monetários, empregos gerados e relação com fornecedores. Na linha ambiental observam-se os poluentes emitidos, total de carbono emitido, reciclagem e reutilização, uso de água e energia e o impacto de produtos. Por fim, a linha social observa o histórico da segurança e saúde, impactos na comunidade, direitos humanos e privacidade, responsabilidade social do produto/serviço e relação entre empregados (SAVITZ, 2013).

Contudo alguns autores acrescentam outras dimensões ao 3BL. Sachs, por exemplo, (2004, citado por SILVA, 2010) acrescentou duas novas dimensões ao conceito original:

- a – Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b – Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c – Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d – Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e – Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004, citado por SILVA, 2010, p. 63).

O desenvolvimento sustentável deve possuir as premissas de equidade social, responsabilidade ecológica e a participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento. “Nessa perspectiva, a participação cidadã é uma possibilidade para a gestão das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado” (TAVARES, 2005, p. 121).

No mínimo, para se medir a sustentabilidade, o que precisamos são de indicadores que nos informem sobre a mudança nas quantidades dos diferentes fatores que sejam relevantes para o bem-estar futuro. Ou seja, a sustentabilidade requer a simultânea preservação ou o aumento de diversos “estoques”: quantidades e qualidades de recursos naturais, e de capitais humano, social e físico (INSTITUTO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ressaltam alguns estudos, o desenvolvimento do setor agropecuário tem sido uma das principais pautas governamentais, principalmente por ele ser uma importante base de sustentação da economia brasileira. Esse desenvolvimento tem sido estimulado, entre outras coisas, pela expectativa de aumento da produção para suprir a crescente demanda alimentar nos próximos anos, já que o mundo aproxima-se de uma crise alimentar nas próximas décadas.

O Brasil possui recursos ambientais disponíveis, que unidos ao empreendedorismo dos agricultores brasileiros, pode permitir ao país antecipar um aumento da produtividade, da produção e da oferta de alimentos. Contudo, o aumento da produção deve ocorrer de forma sustentável, para que a agricultura utilize, de modo racional, os recursos naturais. Alguns fatores indicam que a produção agropecuária do país não está ocorrendo de forma sustentável, uma vez que visa principalmente o lucro e ignora os aspectos sociais e ambientais.

Nas últimas décadas, passou-se a dar maior importância às questões ambientais, mobilizando iniciativas governamentais e não governamentais, discutindo-se os problemas e propondo soluções. Lançou-se, então, o termo *Triple Bottom Line*, que trouxe a noção dos três pilares do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio entre os ideais da prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social.

Buscando responder ao problema desse estudo, após a análise bibliográfica em diversos artigos e livros, constatou-se que é possível, assim como é adequada a utilização do modelo *Triple Bottom Line* para analisar e orientar a formulação de políticas públicas do agronegócio.

Isso justifica-se pelo fato de que o desenvolvimento sustentável deve possuir as premissas da equidade social, responsabilidade ecológica e a participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento. Como explicitou Tavares (2005), a participação cidadã é uma possibilidade para a gestão das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Portanto, a ferramenta do *Triple Bottom Line* captura a essência da sustentabilidade por meio da mensuração do impacto das atividades de uma organização no mundo. Assim, as políticas públicas direcionadas ao agronegócio podem se orientar, na linha econômica, considerando aspectos como lucros, impostos pagos e empregos gerados. Na linha ambiental, poderiam ser observados os poluentes emitidos, reciclagem e reutilização, uso de água e energia e o impacto de produtos, como podem se orientar também pela linha social, examinando o histórico da segurança e saúde, impactos na comunidade, direitos humanos e responsabilidade social (SAVITZ, 2013).

Conclui-se, portanto, que o *Triple Bottom Line* pode e deve ser usado como um guia para analisar e orientar a formulação de políticas públicas do agronegócio, levando em consideração seus três pilares principais, moldando as políticas de forma que esta atenda às demandas, mas que atue dando a mesma importância aos fatores econômicos, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; CONTINI, E.; HAINZELIN, E. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 37-51, 2005.
- ALVES, J. E. D. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 219-230, jun. 2014.
- BELLEN, H. M. van. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade, Campinas**, v. 7, n. 1, p. 67-68, jan./jun. 2004b.
- BELLEN, H. M. van. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE/FGV**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, mar. 2004a.
- BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 195-210, mai. 2013.
- BERKOVICS, D. [Fiche de lecture] Cannibals with forks: the Triple Bottom Line of 21st century business. **Alternative Management Observatory (AMO)**, Paris, apr./2010.
- BRITO, T. D. **Competitividade e Sustentabilidade no agronegócio: o Caso do Óleo de Palma**. 2006. 172 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2006.
- CAMPOS, F., RAMOS, H. Aplicação do Modelo Triple Bottom Line em um Hospital Público. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, v. 3, n. 1. Jan./ Abr. 2014.
- CARVALHO, A. de; DAVID, C. de. Políticas públicas para o campo e desenvolvimento rural sustentável. **Geo UERJ**, v. 1, n. 22, p. 171-186, 2011.
- CHADDAD, F. R.; JANK, M. S. The evolution of agricultural policies and agribusiness development in Brazil. **Choices**, v. 21, n. 2, p. 85-90, 2006.
- CUNHA, C. F. da.; SPERS, E. E.; ZYLBERSZTAJN, D. Percepção sobre atributos de sustentabilidade em um varejo supermercadista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 6, nov-dez, 2011.
- DE ÁVILA, M. L.; DE ÁVILA, S. R. S. A. Cidades, agronegócio e sustentabilidade. **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**, Belo Horizonte, nov. 2007.
- GAZZONI, D. L. **Produtividade e sustentabilidade na agropecuária**. Disponível em: <<http://www.agriculturasustentavel.org.br/artigos/produtividade-e-sustentabilidade-na-agropecuaria>>. Acesso em: 19 jun. 2015.
- HUBBARD, Graham. Measuring organizational performance: beyond the triple bottom line. **Business Strategy and the Environment**, v. 18, n. 3, p. 177-191, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO.

Sustentabilidade e políticas públicas: o objetivo é destacar políticas eficientes e não o gasto global: para além do fetichismo do PIB. Disponível em: <<http://www.altosestudios.com.br/?p=52250>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

JACOBI, P. et al. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 3, p. 189-205, 2003.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de sua dimensão histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 5, p. 77-103.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n. 1, 2000, p. 41-59.

MISOCZKY, M. C., BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, no 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set. 2012, p. 546–568.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. OECD-FAO Agricultural Outlook 2010-2019. **OECD Publishing**, 2010.

SAVITZ, A. W. **The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social, and environmental success - and how you can too**. 2 ed. San Francisco - CA: John Wiley & Sons, 2013. 320 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS – SEAPA/MG. **Agenda Estratégica: desenvolvimento sustentável da agricultura de Minas Gerais 2014-2030**. Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/banners/agenda-estrategica-20-03.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SICHE, R. et al. Índices versus Indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2007.

SILVA, S. S. **Paradigmas ambientais e sustentabilidade: o que evidenciam alguns discursos organizacionais**. 2010. 183 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, H. C. M. Environmental sustainability: a meta-analysis of production in brazilian management journals. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Holos**, Ano 21, p. 120-129. maio 2005.

TELLES, A. C. V. C.; TELLES, R. Planos agrícolas e pecuários e suas implicações na bovinocultura de corte brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.11, n.1, p. 121-139, 2009.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, artigo 6, p. 569–583. set. 2012.